DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR INSTITUI A COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ouro Branco, decreta e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Lei estabelece a organização do sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor nos termos do art. 5º, inciso XXXII e do art. 170, inciso V, da Constituição Federal e do art.233 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor:

- I - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, designado pela sigla CMDC;
- II - a Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, doravante denominada PROCON Municipal;
- III - a Comissão Permanente de Normatização.

Parágrafo único - Integram o Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor os órgãos federais, estaduais e municipais e as entidades privadas que se dedicam à proteção do consumidor.

CAPÍTULO II
DO CONSELHO Municipal DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 3º São atribuições do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CMDC.

- I - planejar, elaborar e propor a política Municipal de defesa do consumidor,
- II - atuar na formulação da estratégia e no controle da política Municipal de defesa do Consumidor.
- III - estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração de projetos e programas de Proteção e defesa do consumidor.
- IV - gerir o Fundo Municipal de Proteção ao Consumidor, destinando recursos aos projetos e programas de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo único - Ao CMDC, no exercício da gestão do Fundo Municipal de Proteção ao Consumidor compete;

I - firmar convênios e contratos com o objetivo de elaborar, acompanhar e executar os projetos relacionados às finalidades do Fundo:

- II - examinar e aprovar projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção de danos aos bens e interesses de que se trata o art. 1º desta lei;
- III - aprovar as demonstrações mensais de receita e despesas do Fundo;
- IV - encaminhar à Contabilidade Geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior.

Art. 4º O CMDC é composto paritariamente por representantes do poder público e entidades representativas, assim discriminados:

- I - o Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca;
- II - o Coordenador do PROCON Municipal;
- III - um representante da Associação Comercial;
- IV - um representante do Clube de Dirigentes Lojistas;
- V - um representante da Associação Industrial;
- VI - um representante do serviço Municipal de vigilância sanitária;
- VII - um representante da defensoria pública;

X - um Secretário Municipal;

XI - dois representantes de entidade civis de defesa do consumidor.

§ 1º O CMDC será presidido pelo Promotor de Justiça do Consumidor.

§ 2º Os membros do CMDC serão indicados pelos órgãos e entidades representados e serão investidos nas funções de Conselheiro através de nomeação do Prefeito Municipal.

§ 3º As indicações para nomeação ou substituição de Conselheiro serão feitas pelas entidades ou órgãos, na forma de seus estatutos.

§ 4º Para cada membro efetivo será indicado um suplente que assumirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

§ 5º Será dispensado do CMDC o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 6º Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 5º As reuniões ordinárias do CMDC serão públicas e mensais.

§ 1º O Prefeito Municipal, o Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e o Coordenador do PROCON Municipal poderão convocar os conselheiros para reuniões extraordinárias.

§ 2º As sessões plenárias instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos dos presentes.

§ 3º Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do Plenário, automaticamente será convocada nova reunião que acontecerá após 48 horas com qualquer número de participantes.

CAPÍTULO III DO PROCON

Art. 6º São atribuições da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON Municipal:

I - coordenar e executar a política Municipal de defesa do consumidor;

II - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Art. 56 da Lei 8.078/90) e do Decreto 2.181/97;

III - funcionar, no procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei 8.078, de 1990, pela legislação complementar e pelo Decreto 2.181, de 1997;

IV - receber, analisar e encaminhar consultar, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

V - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

VI - desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;

VII - atuar junto ao sistema Municipal formal de ensino visando incluir o tema "educação para o consumo" nas disciplinas já existentes, possibilitando a formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

VIII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais a formação de entidades de defesa do consumidor pela população e pelos órgãos públicos estaduais e municipais;

IX - auxiliar a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade e segurança de bens e serviços;

X - colocar a disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os preços dos produtos básicos;

XI - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-los pública e anualmente (Lei 8.078/90, art. 44), remetendo cópia ao PROCON Estadual e ao DPDC;

XII - expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial;

XIII - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução de seus objetivos;

XIV - informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação.

- II - Serviço de Atendimento e Proteção ao Consumidor;
- III - Serviço de Fiscalização;
- IV - Serviço de Educação, Orientação e Informação ao Consumidor;
- V - Serviço de Apoio Administrativo;
- VI - Serviço de Organização e Formação.

Art. 8º O Secretário-Executivo, membro nato do CMDC, será nomeado pelo Prefeito para dirigir o PROCON Municipal.

Art. 9º Os serviços auxiliares do PROCON serão dirigidos por servidores públicos municipais e poderão ser executados por estagiários de cursos de 2º e 3º graus que possuam disciplinas relacionadas à defesa do consumidor.

Art. 10 As funções dos serviços auxiliares serão discriminados no regimento interno do PROCON Municipal

Art. 11 O Coordenador do PROCON encaminhará ao Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor a notícia de fatos nos quais se verifique, em tese, a presença de crimes de ação penal pública, ofensa a direitos constitucionais do cidadão, a interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

CAPÍTULO IV DA COMISSÃO PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO

Art. 12 No interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor as normas municipais relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços serão propostas e revisadas pela Comissão Permanente de Normatização, na forma do art. 55 parágrafo 3º da Lei 8.078/90.

Parágrafo único - As propostas da Comissão Permanente de Normatização serão encaminhadas aos poderes Executivo e Legislativo municipais acompanhadas dos respectivos pareceres técnicos.

Art. 13 A Comissão Permanente de Normatização será integrada pelos seguintes órgãos e entidades:

- I - o Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor;
- II - um representante do PROCON Municipal;
- III - um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV - um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- V - entidades privadas, legalmente constituídas de defesa do consumidor;
- VI - organismos de representação dos fornecedores: comércio, indústria, prestação de serviços;
- VII - conselhos de fiscalização do exercício profissional (OAB, CREA, CRO, CRMV, etc).

Art. 14 Os membros da Comissão Permanente de Normatização serão nomeados pelo Prefeito Municipal, na forma do art. 4º desta lei.

Art. 15 Para o desempenho de suas funções específicas a Comissão Permanente de Normatização poderá contar com comissões, de caráter transitório, instituídas por ato de seu Presidente, integradas por especialistas.

Art. 16 A Comissão Permanente de Normatização reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocada pelo seu Presidente ou pela maioria de seus membros.

Parágrafo único - Registradas em ata de reunião, as deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, observado o disposto no art. 5º desta lei.

CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Art. 18 O Fundo Municipal de Proteção ao Consumidor terá como ordenadores de despesas dois servidores lotados no Departamento de Fazenda, a serem designados pelo Chefe do Executivo Municipal, sempre em conjunto.

Art. 19 Os recursos dos Fundo Municipal de Proteção ao Consumidor serão geridos através de uma Junta de Administração, integrada por três membros.

§ 1º Os integrantes da Junta de Administração serão nomeados, juntamente com seus suplentes, pelo Prefeito, dentre os servidores da Secretaria de Fazenda e não serão remunerados, quando em exercício.

§ 2º Os Membros da Junta de Administração serão substituídos em suas faltas e impedimentos por seus suplentes e suas decisões serão pela maioria de seus membros.

Art. 20 Constituem receitas do fundo;

I - as indenizações decorrentes de condenações e multas advinhas de descumprimento de decisões judiciais em ações coletivas relativas a direito dos consumidores;

II - setenta por cento (70%) do valor das multas aplicadas pelo PROCON, na forma do art. 56 da Lei 8.078/90 e do art. 10 do Decreto nº 861/93;

III - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

IV - as doações de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

V - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;

VI - o produto de incentivos fiscais instituídos em favor do consumidor.

Art. 21 Os recursos do a que se refere o artigo anterior serão depositados em conta especial de instituições financeiras oficiais do Estado, com especificação da origem.

§ 1º As instituições financeiras comunicarão, em 10 (dez) dias, ao Conselho Municipal, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§ 2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda de poder aquisitivo da moeda.

Art. 22 Qualquer cidadão e as entidades representativas poderão apresentar ao Conselho Municipal projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção de danos aos bens e interesses de que trata o art. 1º desta Lei.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 No desempenho de suas funções os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - DPDC - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;

II - PROCON- MG - Programa Estadual de Defesa do Consumidor mantido pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais;

III - Juizado de Pequenas Causas;

IV - Delegacias de Polícia;

V - Serviços de Vigilância Sanitária e Epidemiológica;

VI - INMETRO;

VII - SUNAB;

VIII - Associações Civas da Comunidade;

IX - Secretaria da Receita Federal;

X - FEAM - Fundação Estadual do Meio Ambiente;

XI - Conselhos de Fiscalização do exercício profissional.

Art. 24 Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as Universidades e as entidades públicas ou privadas que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Art. 25 O exercício das funções de membro do CMDC e da Comissão Permanente de Normatização não serão remunerados, sendo considerados relevantes serviços à promoção e

dos órgãos criados por esta Lei.

Art. 27 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município, autorizada a abertura de crédito especial, se necessário for.

Art. 28 O desdobramento dos órgãos previstos nesta Lei, bem como a discriminação das competências e atribuições de seus dirigentes serão fixados:

I - por ato do Prefeito Municipal, em relação ao PROCON Municipal;

II - por decisão da maioria de seus membros, nos órgãos colegiados.

Art. 29 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Branco, 23 de outubro de 2001.

Hélio Márcio Campos
Prefeito Municipal

Dra. Flávia Moreira Chaves
Procuradora Geral